



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57ª
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 29 DE JUNHO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Antes de tudo, cumprimento a todos da galeria. O pessoal da radiologia está aí há vários dias.

Já há um consenso e, se Deus quiser, pelo menos o primeiro turno será aprovado hoje. Se os Deputados concordarem, votaremos o segundo turno também hoje. Não há dificuldades nenhuma, isso já está acertado. Quanto aos becos do Gama, a mensagem ainda não chegou à Casa; chegando, a aprovaremos também.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero cumprimentar o pessoal da galeria. O Deputado Cabo Patrício já havia falado conosco, pela manhã, a respeito da questão dos becos, e eu disse a ele que dependeria apenas de o projeto chegar aqui, porque é difícil votar uma situação que não tenha chegado. Mas, na hora em que chegar, iremos votá-lo.

Em relação ao pessoal da radiologia, que já está aqui há mais de duas semanas, eu sugeriria, inclusive, que votássemos o projeto deles como Item nº 1, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu não tenho nada que obstaculize a apreciação desse projeto como Item nº 1 da pauta.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 119, de 05/07/2010, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

Esta Presidência solicita a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Casa do Povo, em seus gabinetes ou em qualquer parte desta Casa que venham para cá porque o pessoal da radiologia está chamando.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não haverá Comunicados de Líderes nem Comunicados de Parlamentares, haja vista que nós estivemos, todo o tempo, discutindo a pauta para apreciação no dia de hoje e no de amanhã. Então, passemos à pauta propriamente dita.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Na sessão extraordinária de 15 de junho de 2010, ao proferir parecer da Comissão de Assuntos Sociais, a Relatora, Deputada Erika Kokay, não se manifestou quanto ao Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2009, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ilton Ferreira Mendes”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2010, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília, *post mortem*, ao Tenente PMDF Cleiton Batista Neiva”; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2010, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Carlos Alberto Altino”.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Ilton Ferreira Mendes”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2010, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede o título de Cidadão Benemérito de Brasília, *post mortem*, ao Tenente PMDF Cleiton Batista Neiva”; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2010, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Carlos Alberto Altino”.

Os referidos projetos foram olvidados durante o parecer emitido pela Comissão de Assuntos Sociais na sessão correspondente.

Portanto, a Comissão de Assuntos Sociais é favorável à aprovação dos retromencionados PDLs.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Esta Presidência informa que o Deputado Geraldo Naves encontra-se na sala do cafezinho.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 18ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 56ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. V.Exa. é um grande amigo.

Eu gostaria de fazer uma solicitação a V.Exa., de acordo com um compromisso feito na nossa reunião no cafezinho, com a presença de todos os Parlamentares, inclusive a do Deputado Cabo Patrício, um lutador nessa guerra do projeto que altera a Lei Complementar nº 728, de 18 de agosto de 2006, que aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Gama. Conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que dá direito e restabelece a normalidade de quem ganhou o seu bico e já foi tão constrangido nesse período, conforme acordado com o Líder do Governo, assim que o projeto chegar à Casa, eu gostaria que V.Exa. o chamasse à apreciação, para restabelecer a normalidade a esses trabalhadores, que já foram constrangidos e hoje estão aqui em busca do seu direito.

Esta Casa, com toda a grandeza e com o apoio de todos os companheiros, aprovará a matéria, pois tenho certeza de que V.Exa. a colocará na Ordem do Dia.

Quero também parabenizar os companheiros da radiologia, esperando que o projeto de seu interesse seja aprovado conforme já acordado, bem como o da nutrição, visto que o Deputado Rôney Nemer está nessa luta juntamente com todos nesta Casa.

Parabenizo V.Exa., Sr. Presidente.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme acordo sobre o Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de interesse do pessoal da radiologia – ele deve passar pelas comissões e ser apreciado hoje –, solicito a V.Exa. a inversão de pauta para que o referido projeto seja apreciado logo, visto que esses servidores já vêm aqui há muitos dias e hoje estão aqui desde o início da tarde. Portanto, solicito que a apreciação seja feita o mais rapidamente possível, para que eles possam ir embora.

Quero dizer também que sou solidário ao Deputado Cabo Patrício, ao Deputado Aylton Gomes e ao pessoal do Gama, para que estes últimos possam morar nos bcos. Somos também solidários ao nosso querido Deputado Rôney Nemer na emenda ao projeto da nutrição.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vejo aqui o Governador entregando 86 automóveis para a rede pública hospitalar.

Eu estive no HRAS semana passada e vi que faltam anestesistas, que o aparelho de videolaparoscopia está quebrado há 3 anos, há escassez de funcionários para o centro cirúrgico, os materiais são muito antigos, falta sonda endotraqueal, e o pior: reformaram as salas e as instalações para os tomógrafos, mas falta o tomógrafo. Vou dar um exemplo: o paciente chega ao HRAS e precisa de um exame com o tomógrafo, mas lá não há. O paciente fica esperando 2, 3 dias, às vezes morre sem fazer o exame. Não há cirurgião geral.

Digo a vocês que estão copiando o que ocorre nas prefeituras de interior: compram ambulâncias, mas se esquecem de comprar o que precisa para os hospitais. Vocês da radiologia podem ter certeza de que o projeto de vocês já está aprovado.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria corroborar a questão levantada pelo Deputado Roberto Lucena e dizer à Secretaria de Saúde que a saúde está uma fartura, pois falta tudo.

Parabéns, Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo esclarecer aos presentes na galeria, para que tudo fique transparente, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

votaremos hoje a questão dos radiologistas, como defendeu o Deputado Dr. Charles na reunião dos Parlamentares com a Presidência desta Casa, num acordo de todos os Parlamentares, e o Deputado Rôney Nemer defendeu a inclusão dos nutricionistas, dos técnicos de nutrição, que foi acatada pelo conjunto de Parlamentares.

Quanto à questão dos lotes no Gama – o Deputado Paulo Tadeu, inclusive, num primeiro momento foi solidário –, o projeto foi aprovado pela Câmara Legislativa, foi sancionado pelo Sr. Governador e os lotes foram entregues ao 9º Batalhão, unidade policial do Gama. Mas, depois, a lei aprovada pela Câmara Legislativa foi declarada inconstitucional. Já temos uma ação, de autoria do Sargento Libermário, do BOPE, pois mandam demolir a residência dele.

Então, os Parlamentares, após discutirem na reunião, pediram à Liderança do Governo, ao Deputado Aguinaldo de Jesus – a Comissão entregou a S.Exa. a cópia do projeto – para que fosse entregue na Casa amanhã esta cópia, para fazermos a votação e impedir que as residências dos policiais e bombeiros sejam derrubadas. Esse acordo foi construído pelos Parlamentares presentes na reunião com a Presidência desta Casa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria corroborar as palavras do Deputado Cabo Patrício.

É preciso que o Governo se antecipe e dê tranquilidade a todos, para que possam trabalhar. Não é só a questão das moradias. Vários estabelecimentos comerciais estão sendo fechados, pois tiveram seus alvarás cassados. É preciso que o Governo seja breve, para que o mês de julho não fique nesse desassossego, num sobressalto, gerando uma incerteza muito grande, muitos desempregos.

Eu gostaria também de dizer aos técnicos de radiologia que, sobre o projeto de vocês, foi feito um acordo – eu parabenizo o Deputado Dr. Charles, pois S.Exa. tem sido um líder para defender vocês – para que o projeto seja aprovado. Foi acordado, também, que apresentaremos uma emenda que concederá aos técnicos de nutrição a carga horária de 30 para 24 horas. Nós a colocamos num parágrafo separado, que será aprovado para não prejudicar os técnicos de radiologia em nada, a fim de que também possamos beneficiar os técnicos de nutrição.

Efetivamente, esse foi um acordo para que ninguém fosse prejudicado e fosse aproveitada a oportunidade para contemplar os servidores técnicos de nutrição, pois são os únicos que até agora não tiveram sua jornada de trabalho reduzida.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na esteira do que o Deputado Rôney Nemer falou, já tínhamos discutido com os técnicos de nutrição que uma emenda desse naipe pode não prosperar. É preciso falar a verdade às pessoas. Pode haver o acordo entre os 24 Deputados, mas se não combinarmos isso com o Governador Rosso, com os russos, vamos dizer assim, S.Exa. poderá vetá-la. É preciso dizer isso.

O que deveria ter sido feito...

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Mas nem todos os Deputados estão presentes. Só há uma parte aqui. O que pode ocorrer: a emenda pode ser apresentada, eu acabei de assinar, mas ela pode ser vetada.

O que deveria ter sido feito, como ficou combinado, era mandar para esta Casa um projeto de lei da lavra do Governador complementando isso. É isso que tem de ser feito.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de, primeiro, pedir rapidez na votação, porque corremos o risco de não haver mais *quorum* para fazermos a votação das matérias, e a bancada do Partido dos Trabalhadores está desfalcada hoje pelo companheiro Deputado Chico Leite, pois S.Exa. está com problemas de saúde, está de atestado médico, por isso não comparecerá a esta sessão. Nós torcemos para que o companheiro se recupere o mais rápido possível.

Eu gostaria de dizer, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, da Deputada Erika Kokay, do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Chico Leite, que votaremos favoravelmente tanto à proposta dos técnicos em radiologia quanto à emenda que trata da questão dos técnicos em nutrição.

O PT votará, é claro, e está aqui disposto para apreciar a questão dos becos do Gama, conforme a luta do Deputado Cabo Patrício.

Eram essas nossas ponderações.

Peço também a V.Exa. que inicie a votação, caso contrário não haverá mais *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência está pronta para iniciarmos os trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Deputado Milton Barbosa está disposto a ler o primeiro item da pauta, e é exatamente nesse sentido que eu iria me pronunciar, para que pudéssemos votar as 12 matérias sobre as quais já foi feito acordo, ao mesmo tempo em que solicito a inclusão, na Ordem do Dia, do item que trata da questão dos becos, para corrigir uma injustiça que foi feita. Solicito, portanto, sua inclusão tão logo o projeto chegue ao plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., e assim que o projeto chegar será incluído na pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Exatamente. Espera-se que o projeto chegue amanhã. E também quero dizer que damos todo o apoio aos técnicos de nutrição, porque acredito que hoje corrigimos uma injustiça e vamos lutar para que o referido projeto não seja vetado; caso contrário, vamos derrubar o veto, se assim for necessário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito aos Deputados que não saiam do plenário, para que possamos dar celeridade às votações e atender à comunidade que está aqui na galeria. Os Deputados que estiverem no cafezinho, por gentileza, dirijam-se ao plenário.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta o § 4º do art. 7º da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências”.

Foram apresentadas 3 emendas de Plenário, ao mesmo tempo em que foi retirada a Emenda nº 2. Então, precisa ser aprovado o parecer na Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda nº 1.

Designo o Deputado Dr. Charles para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. Antes, porém, registro a chegada do Deputado Cristiano Araújo e, com isso, há 14 Deputados presentes.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao do Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta o § 4º do art. 7º da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Sr. Presidente, nós encaminhamos pela aprovação do referido projeto de lei, sendo que a Emenda de Plenário nº 3 é de autoria de vários Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2010. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer sobre a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Designo a Deputada Erika Kokay para emitir parecer sobre as emendas.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta o § 4º do art. 7º da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, trata-se de emenda ao referido projeto de lei que, na verdade, acrescenta onde couber o seguinte parágrafo: “Os ocupantes do cargo de médico em saúde, na especialidade Médico em Radiologia, Medicina Nuclear e Radioterapia ficam submetidos à jornada de 24 horas de trabalho, podendo ser concedido o regime opcional de 40 horas semanais, nos termos da legislação vigente”.

Então, inclui no mesmo direito, opcional à jornada de 40 horas, o médico em radiologia, medicina nuclear e radioterapia.

A Emenda nº 3, uma vez que a Emenda nº 2 foi retirada pela CCJ, acrescenta o seguinte inciso: “Os ocupantes do cargo de técnico em saúde, na especialidade de Técnico em Nutrição, ficam submetidos à jornada de 24 horas semanais de trabalho, podendo ser concedido o regime opcional de 40 horas, nos termos do Decreto nº 5.324, de 10 de novembro de 2004”.

Ou seja, concede a jornada de 24 horas aos técnicos em nutrição. Nada mais justo que os técnicos em nutrição sejam igualados ao conjunto dos outros segmentos, até porque nós estamos falando de profissionais que são absolutamente fundamentais para a saúde da pessoa humana.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais acerca das duas emendas é favorável a que os técnicos em nutrição tenham sua jornada de 24 horas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados, com a chegada do Deputado Benedito Domingos e do Deputado Rogério Ulysses.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Deputada Erika Kokay foi favorável às emendas, bem como ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “acrescenta o § 4º do art. 7º da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004, e dá outras providências”.

Somos favoráveis ao projeto e às emendas nº 1 e nº 3.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.592, de 2010, está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

O projeto da radiologia já foi aprovado em primeiro turno. Se vocês confiarem e quiserem permanecer, nós iremos aprová-lo em segundo turno ainda hoje. Se vocês quiserem esperar, tudo bem. O compromisso é de votá-lo em segundo turno ainda hoje.

Item nº 11:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.561, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais)”.

O parecer do projeto já foi aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sugiro, já que temos apenas dois dias de trabalho, teoricamente, que nós pudéssemos apreciar todos os itens acordados em primeiro turno e em segundo turno ainda no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.541, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.629.279,00 (treze milhões seiscentos e vinte e nove mil duzentos e setenta e nove reais)”.

O projeto já tem tramitação concluída. Já foi aprovado parecer favorável na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.540, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 11.341.601,00 (onze milhões trezentos e quarenta e um mil seiscentos e um reais)”.

A tramitação do processo está concluída, pois foi aprovado parecer favorável na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Incluo na pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.585, de 2010, bem como o Projeto de Lei nº 1.591, de 2010.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.585, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Esta Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.585, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Federal no valor de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento”.

Informamos que esse crédito remaneja a dotação orçamentária do Governo; portanto, somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na reunião, foi falado sobre uma emenda que muda somente a dotação orçamentária do crédito dentro da própria Secretaria, a pedido do Deputado Aylton Gomes. Houve um acordo. Será uma emenda de segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.585, de 2010.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Assessoria que elabore a emenda de segundo turno ao projeto, pois deveremos votá-lo em segundo turno ainda hoje.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.591, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 3.377.118,00 (três milhões trezentos e setenta e sete mil cento e dezoito reais)”.

Esta Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.591, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 3.377.118,00 (três milhões trezentos e setenta e sete mil cento e dezoito reais)”.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.591, de 2010, objetiva remanejar dotações de pagamento de pessoal e encargos sociais da extinta Empresa Brasiliense de Turismo BRASILIATUR para a recém-criada Secretaria de Estado de Turismo. A aprovação do projeto é necessária para o pagamento dos 102 servidores remanejados da BRASILIATUR para a Secretaria de Turismo.

Pela análise do referido projeto, pode-se concluir que a proposta de crédito adicional atende à legislação pertinente anteriormente citada. Em face dos argumentos expostos, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.591, de 2010, de autoria do Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Esta Presidência inclui na pauta desta sessão o Projeto de Lei nº 1.575, de 2010.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 1.599, de 2010, que trata da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Rôney Nemer, acato a solicitação de V.Exa. Apreciaremos esse projeto em momento oportuno.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.575, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Esta Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.575, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dá outras providências”.

Foram apresentadas duas emendas, Sr. Presidente. A Emenda nº 1 corrige o valor, já que o empréstimo é de US\$ 32 milhões, mas o projeto trouxe na sua origem o valor de US\$ 37 milhões. Então, há uma correção de 37 para 32, que é o empréstimo que o Poder Executivo irá fazer para modernizar todo o sistema de arrecadação do Distrito Federal. A segunda emenda retira do projeto de lei a criação de cargos que estava sendo feita nele.

Como isso foi fruto de acordo entre todos os Parlamentares, somos favoráveis às duas emendas apresentadas, Emendas Modificativas nº 1 e nº 2, e também favoráveis no âmbito desta Comissão à aprovação do PL nº 1.575, de 2010.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Dr. Charles para emitir parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda nº 1, da bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Projeto de Lei nº 1.575, de 2010, que “autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e dá outras providências”.

O parecer da CCJ é favorável ao projeto e às Emendas nº 1 e nº 2.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 15 Deputados.

O Deputado Geraldo Naves pediu para se retirar do recinto, pois não estava se sentindo bem.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria primeiramente parabenizar a bancada do Partido dos Trabalhadores pelas emendas e dizer que as considero positivas. Quero também dizer que o destino desses recursos é muito importante, que é a integração e a modernização do Fisco. Mas quero dizer, Sr. Presidente, que não concordo com esse tipo de empréstimos externos.

Infelizmente, nos últimos tempos, duas coisas aconteceram no Distrito Federal. Uma foi o roubo do dinheiro público, o dinheiro do contribuinte foi roubado nesse megaescândalo da Caixa de Pandora. A segunda coisa que aconteceu no Distrito Federal nos últimos tempos, Sr. Presidente, foi o endividamento do Estado. É muito simples: o Governo faz a despesa, programa a despesa e vai buscar recurso, vai buscar empréstimo para pagar isso e deixa para os próximos os governos pagarem. Isso é uma coisa que se fazia muito neste País no século passado.

Eu, aliás, fui um defensor radical da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque um governo não pode gastar mais do que arrecada. Então, se um governo é eleito para governar 4 anos, tem que governar 4 anos, tem de ter responsabilidade com o dinheiro do contribuinte na gestão desse gasto. Aí é muito fácil: o Governo fica o tempo todo gastando, endivida-se, pede empréstimos para pagar e deixa para os próximos governos pagarem. Eu não considero isso correto.

Reconheço que a medida de integração dos Fiscos, de modernização do Fisco, é extremamente positiva, mas eu sou contra que se criem despesas e que se deixem dívidas para os próximos governos pagarem. Por isso meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

Esta Presidência passará à apreciação do Projeto da LDO em primeiro turno.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.574, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas apresentadas em plenário.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa nº 1, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei nº 1.574, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, o parecer é favorável à emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Esta Presidência vai encerrar a sessão, convocando sessão extraordinária, para votação em segundo turno, dos projetos aprovados na tarde de hoje, excluindo o da LDO. São eles: 1.592, de 2010; 1.541, de 2010; 1.561, de 2010; 1.540, de 2010; 1.585, de 2010; 1.591, de 2010; e 1.575, de 2010.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que seja incluído na pauta, para votação em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.599, de 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Antes de encerrar a sessão ordinária, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. Passa-se à votação do referido projeto.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.599, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera a denominação da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço vênia a V.Exa. para ler o projeto – já que está sendo apresentado agora – a fim de as pessoas conhecerem o seu teor.

É o seguinte o projeto:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.599, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera a denominação da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, conforme acordo já estabelecido nesta Casa, esse projeto atende a todas as normas legais e tramitou corretamente na Casa. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça não há nenhum óbice ao projeto. Portanto, somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.599, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera a denominação da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não há nenhum óbice ao projeto. Portanto, somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Erika Kokay para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

Antes do Relatório da CAS, haverá nova verificação de *quorum*, a fim de continuarmos a apreciar as matérias.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

PL 1599 /2010

PROJETO DE LEI Nº
(Autoria: PODER EXECUTIVO)

Altera a denominação da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º A carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, criada na forma da Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, passa a denominar-se Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os cargos de Inspetor de Atividades Urbanas e Fiscal de Atividades Urbanas passam a denominar-se, respectivamente, Auditor de Atividades Urbanas e Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, mantidas as atuais áreas de atuação e atribuições correspondentes.

Art. 2º A Gratificação de Incentivo à Fiscalização de Atividades Urbanas-GIURB, criada pela Lei nº 2.706, de 27 de abril de 2001, passa a ser calculada, a contar de 31 de março de 2010, conforme segue, mantido o percentual estabelecido na forma do inciso II do artigo 24 da Lei nº 3.824, de 21 de fevereiro de 2006:

I) do Primeiro Padrão da Terceira Classe até o Terceiro Padrão da Classe Especial, sobre o vencimento básico referente ao Terceiro Padrão da Classe Especial; e,

II) do Quarto ao Sexto Padrão da Classe Especial, sobre o vencimento básico referente ao padrão em que o servidor estiver posicionado.

Art. 3º Os servidores integrantes da carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Quadro de Pessoal do Distrito Federal que se encontrarem na condição de ativos na data de publicação desta Lei ficam reposicionados em 2 (dois) padrões a contar de 1º de julho de 2010, sem prejuízo de seus respectivos interstícios para progressão e promoção funcional.

Art. 4º Aplica-se o disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei aos servidores aposentados e aos beneficiários de pensão vinculados à carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Quadro de Pessoal do Distrito Federal cujos proventos tenham paridade com os servidores ativos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Solicito à Relatora, Deputada Erika Kokay, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.599, de 2010, de autoria do Poder Executivo, que “altera a denominação da carreira Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, trata-se da correção e da tentativa de se minimizar o descumprimento de acordo ou de lei pelo Governo do Distrito Federal.

A categoria teve um reajuste em março deste ano e esse reajuste não foi honrado pelo Governo do Distrito Federal. Uma irresponsabilidade e um desrespeito com uma categoria absolutamente fundamental para o exercício da cidadania na nossa cidade.

A categoria, após isso, efetivou uma série de discussões, de negociações, e está recuperando esse reajuste em condições diminuídas, em condições pioradas, na impossibilidade já dada pelo Governo de honrar seu próprio compromisso, até porque o Governo não assegurou que estivesse esse reajuste na LDO e, muito menos, assegurou os recursos orçamentários na LOA.

Então, a categoria faz um esforço para ter restaurado esse direito, parcelado em 3 vezes, com uma gratificação retroativa, que, de certa forma, minimiza o prejuízo.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que aprovar esse projeto significa aprovar o esforço dessa categoria, mas isso não pode fazer com que não consideremos a irresponsabilidade do Governo e o desrespeito de não ter honrado o que estava assegurado em lei para essa categoria, sem a qual não conseguiríamos ter uma política urbana que atendesse aos conceitos básicos da dignidade humana.

Portanto, em defesa dessa categoria e, ao mesmo tempo, com a ressalva de que o Governo não poderia, em hipótese nenhuma, tê-la tratado dessa forma, nós, da Comissão de Assuntos Sociais, damos parecer favorável ao projeto, entendendo ainda que essa categoria já deveria estar recebendo a globalidade desse reajuste desde março deste ano.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é favorável ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.599, de 2010. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Eu havia ouvido os pareceres e aprovado em plenário o parecer da LDO. Como se sanou a dúvida, vamos colocar em discussão e votação, em primeiro turno, a LDO, que é o Projeto de Lei nº 1.574, de 2010.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Sem partido. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria deixar claro que fiz o pedido ao Deputado Milton Barbosa, de conferência de *quorum*, exatamente porque a votação não seria nominal e poderia haver um questionamento futuro em relação à existência de *quorum* ou não, e posicionei-me favoravelmente ao projeto de interesse da carreira de fiscalização.

Acho importante, sempre que as votações não forem nominais, que a conferência de *quorum* seja feita sistematicamente, para que não haja questionamentos futuros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Temos agora 15 Deputados presentes.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas peço a V.Exa. que o primeiro item da pauta de amanhã seja o crédito da Secretaria do Trabalho, Projeto de Lei nº 1.595, de 2010, porque, com o Deputado Milton Barbosa, já há um acordo também para fazermos a votação amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., para que seja o primeiro item da pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2010	17h15min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.574, de 2010, de autoria de Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2011 e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para apreciação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 1.592, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.541, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.561, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.540, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.585, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.591, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.575, de 2010;
- Projeto de Lei nº 1.599, de 2010.

O projeto da LDO ficará para amanhã.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h26min.)

Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 159-Suplemento, de 30/8/2010.